

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2011

ANEXO DE METAS FISCAIS

1- METAS FISCAIS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2012, 2013 E 2014

**MUNICÍPIO DE MACAÉ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS**

AMF – Demonstrativo I (Artigo 4º, § 1º da Lei Complementar nº101, de 2000)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2012			2013			2014		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB
Receita Total	1.542.864,4	1.474.309,0	0,039	1.632.926,2	1.477.761,3	0,039	1.729.497,7	1.496.493,6	0,040
Receitas Primárias (I)	1.522.864,4	1.455.197,7	0,038	1.611.006,2	1.457.924,2	0,039	1.705.500,9	1.475.729,8	0,039
Despesa Total	1.542.864,4	1.474.309,0	0,039	1.632.926,2	1.477.761,3	0,039	1.729.497,7	1.496.493,6	0,040
Despesas Primárias (II)	1.523.028,4	1.455.354,4	0,038	1.611.056,2	1.457.969,4	0,039	1.706.087,7	1.476.237,5	0,039
Resultado Primário (III)=(I)-(II)	(164,0)	(156,7)	0,000	(50,0)	(45,2)	0,000	(586,8)	(507,7)	0,000
Resultado Nominal	(9.445,4)	(8.956,4)	-	(7.828,6)	(7.084,7)	-	(6.488,6)	(5.614,5)	-
Dívida Pública Consolidada	45.736,6	43.704,4	0,001	37.908,0	34.446,1	0,001	31.419,3	20.179,4	0,0007
Dívida Consolidada Líquida	(141.776,5)	(135.476,8)	-	(149.605,1)	(135.942,9)	-	(156.093,8)	(135.064,3)	-

OBSERVAÇÕES:

- 1) Receita Bruta (sem deduções para o FUNDEB)
- 2) Receita e Despesa sem considerar as Intra-Orçamentárias
- 3) Excluídas as Receitas de Aplicações Financeiras da Macprev (RPPS) que são utilizadas exclusivamente para capitalizar o Fundo de Previdência
- 4) Percentuais calculados em relação aos valores estimados para o PIB do Brasil
- 5) Valores constantes calculados a preços médios de 2011

2- OUTROS CONTEÚDOS

2.1- Avaliação do cumprimento das metas relativas a 2010

(Artigo 4º, § 2º, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Os quadros a seguir apresentam a comparação das metas de receita, despesa, montante da dívida, resultado primário e resultado nominal, fixadas para 2010, com os valores efetivamente verificados naquele mesmo exercício.

2.1.1 Resultado Primário

Discriminação	R\$ milhares correntes		
	FIXADA 2010 (a)	REALIZADA 2010 (b)	DIFERENÇA (b) - (a)
Receita Total	1.162.719,0	1.356.049,1	193.330,1
(-) Rendimento de Aplicação Financeira	47.554,0	4.460,2	(43.093,8)
(-) Operações de Crédito	0	0	0
(-) Receita de Alienações	0	0	0
(-) Amortização de Empréstimos	0	0	0
Total da Receita Primária (A)	1.115.165,0	1.351.588,9	236.423,9
Despesa Total	1.162.719,0	1.156.982,6	(5.736,4)
(-) Juros e Amortização da Dívida	6.848,0	10.311,7	3.463,7
(-) Concessão de Empréstimos	0	380,0	380,0
Total da Despesa Primária (B)	1.155.871,0	1.146.290,9	(9.580,1)
Resultado Primário (A)-(B)	(40.706,0)	205.298,0	246.004,0

Fonte: Relatório Resumido De Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2010

A observação do quadro acima mostra que a receita total realizada foi R\$ 193,3 milhões superior à prevista quando da fixação das metas fiscais na LDO de 2010. Este resultado se explica, basicamente, pelo comportamento dos seguintes itens da receita municipal: o ISS, cuja arrecadação foi R\$ 34,8 milhões maior que a estimativa inicial, o ICMS, cujo ingresso foi R\$ 69,3 milhões superior à primeira projeção e aos royalties do petróleo que propiciou receita superior a estimativa original em R\$ 85,7 milhões .

De forma a reforçar a obtenção do equilíbrio fiscal, a despesa total empenhada foi R\$ 5,7 milhões menor que a fixada nas metas para 2010.

Por outro lado, enquanto a soma das receitas de origem financeira (rendimento de aplicações financeiras) foi R\$ 43,1 milhões menor que a estimada, a soma das despesas financeiras (serviço da dívida e concessão de empréstimos) foi R\$ 3,8 milhões maior que a prevista. Assim, o resultado primário obtido foi de R\$ 205,3 milhões, superando em R\$ 246 milhões a meta fiscal fixada. Foi um superávit primário bem além do necessário para o pagamento dos juros e amortização da dívida, o que se refletiu, ainda, num expressivo superávit orçamentário de R\$ 199,1 milhões.

2.1.2 – Resultado Nominal

R\$ milhares correntes		
	Fixada 2009	Realizada 2009
Resultado Nominal	(22.266)	(126.656,9)

Fonte: Relatório Resumido De Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2010

O Resultado Nominal, a preços correntes, efetivamente obtido em 2010 foi de (R\$ 126,7 milhões), ou seja um superávit nominal. Isto significa que houve redução do estoque da dívida fiscal líquida, neste valor, enquanto a meta fiscal fixada por ocasião da elaboração da LDO, indicava uma expectativa de uma redução da dívida líquida de R\$ 22,3 milhões. A meta foi superada em R\$ 104,4 milhões.

2.2- Demonstrativo das metas anuais

(Artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Para projeção dos valores das metas fiscais para 2012, 2013 e 2014, foram inicialmente, reavaliados os valores da receitas que deverão se realizar em 2011. A estes números, foram aplicados as estimativas de crescimento do PIB e do índice de variação de preços (IPCA), para cada um desses anos futuros. Evidentemente a variação real do PIB esperada para cada ano, só foi considerada para os itens de receita que sofrem, direta ou indiretamente, a influência do nível da atividade econômica. Como se verá adiante, foram também levadas em consideração premissas associadas às especificidades dos itens que compõem a arrecadação do Município de Macaé.

Os parâmetros macroeconômicos utilizados para as projeções efetuadas, relacionados no quadro a seguir, são consistentes com uma política de crescimento econômico retomado em patamares expressivos depois da crise mundial de 2009, aliado a uma estabilidade dos preços da economia, com trajetória decrescente dos índices de inflação.

Discriminação	2011	2012	2013	2014
PIB (crescimento real em %)	4,11%	4,34%	4,60%	4,67%
Taxa de inflação IPCA acumulada no ano (%)	6,00%	4,95%	4,62%	4,56%

Fonte: Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 25/03/2011 (Top 5 Longo Prazo)

Os valores das receitas que se espera realizar em 2011, que serviram de base para as projeções das metas dos anos seguintes, foram estimados, levando-se em consideração duas referências básicas:

- os valores previstos no orçamento de 2011; e
- os valores efetivamente realizados em 2010;

Uma avaliação, realizada no início de 2011, mostrou, para alguns poucos itens de receita, diferenças em relação aos valores da Lei Orçamentária de 2011 – LOA 2011 aprovada pela Câmara Municipal. Vale lembrar que as estimativas de receita do orçamento para 2011 foram trabalhadas entre julho e agosto de 2010, conhecida a arrecadação de apenas metade daquele exercício. As receitas para as quais as diferenças entre o que estava previsto na LOA 2011 e o que se espera efetivamente

arrecadar no corrente exercício, que pela sua magnitude ensejaram a modificação da respectiva projeção, foram:

- ISS

O valor que consta da LOA 2011 é de R\$ 272,7 milhões. No entanto, o valor efetivamente arrecadado em 2010 foi de R\$ 269,1 milhões. Aplicados a este valor de 2010, o IPCA e o crescimento real do PIB previstos para 2011, obteve-se a estimativa de R\$ 333,2 milhões para 2011.

-Cota Parte do ICMS

O valor que consta da LOA 2011 é de R\$ 228,6 milhões. No entanto, o valor efetivamente arrecadado em 2011 foi de R\$ 287,3 milhões. Aplicados a este valor de 2010, o IPCA e o crescimento real do PIB previstos para 2011, obteve-se a estimativa de R\$ 317,1 milhões para 2011.

-Royalties/Participação Especial

Este item da receita municipal é o que apresenta o mais alto grau de imprevisibilidade, uma vez que depende de três fatores: produção dos poços que pagam a compensação financeira, preço internacional do barril tipo Brent, e taxa de câmbio. São todos de difícil previsão no médio e longo prazos, especialmente o preço do barril que é altamente volátil. O valor estimado na LOA 2011 foi de R\$ 445,1 milhões. Nesta revisão foram mantidas as estimativas de produção, o câmbio considerado foi de R\$ 1,68/U\$ e o barril do tipo Brent, conservadoramente, foi estimado em U\$ 80,00. O valor obtido para esta estimativa de 2011 foi de R\$ 431,7 milhões. Vale ressaltar que o valor atual do barril está na casa de U\$ 120,00 e que nossa projeção foi, portanto, bastante conservadora. Por falta de elementos para previsões de mais longo prazo o valor desta estimativa para 2011 foi mantido para o triênio 2012/2013/2014.

Ainda com relação a 2011, as receitas de outras fontes, tais como as diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração indireta e as contribuições ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores, foram mantidas iguais aos seus valores da LOA 2011, que foram informados diretamente pelos respectivos órgãos responsáveis pelas receitas.

As metas de receita para os exercícios de 2012 a 2014 foram obtidas a partir da aplicação dos parâmetros do quadro anterior, conjugados, em alguns casos, com aplicação de outras premissas, como por exemplo, para os Royalties do Petróleo, e nas projeções do Imposto de Renda e das Contribuições dos Servidores, em que está previsto o crescimento projetado da folha salarial, quando o mesmo estiver previsto.

Os valores estimados para o desembolso anual com o pagamento da dívida foram fornecidos pela Secretaria Municipal de Fazenda, enquanto que para as projeções daqueles relativos ao estoque da dívida consolidada bruta e líquida dos exercícios futuros, foram considerados os valores realizados em 2009 e 2010, expressos nos Anexos VI e VII do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2010.

Em função das projeções anuais de receita e dos desembolsos com o pagamento da dívida, as demais despesas ajustam-se às disponibilidades de forma a garantir o equilíbrio fiscal do Município. Deve ser ressaltado que, em função do baixo grau de endividamento, e o conseqüente pequeno valor do desembolso anual com o serviço da dívida, e com previsão de receitas de aplicações financeiras de valor pouco superior, Macaé pode até ter meta de resultado primário negativo. As projeções indicam que as receitas financeiras superam as despesas financeiras:

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2011

ANEXO DE METAS FISCAIS

	Em R\$ Milhares		
	2012	2013	2014
Receita de Aplicações Financeiras	20.000,0	21.920,0	23.996,8
Juros e Amortização da Dívida	19.836,0	21.870,0	23.410,0

No que se refere à comparação das metas fixadas para 2012, 2013 e 2014 com as que foram estabelecidas para os três exercícios anteriores, o quadro a seguir apresenta os valores das metas de resultado primário e nominal para os anos de 2009, 2010, 2011(fixadas nas respectivas LDO's), com os exercícios que compõem o próximo triênio.

	R\$ milhares correntes					
Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Resultado Primário	(37.697)	(40.706)	(32.145)	(164,0)	(50,0)	(586,8)
Resultado Nominal	(19.905)	(22.266)	(712)	(9.445,4)	(7.828,6)	(6.488,6)

A observação do quadro acima mostra que os valores projetados para o resultado primário dos três próximos exercícios, se comparados com as metas fixadas para 2009, 2010 e 2011, em base de preços correntes, indicam valores significativamente menores. Isso se explica pela redução das diferenças projetadas entre as receitas de aplicação financeira e o serviço da dívida. As metas são sempre de déficit primário o que significa que Macaé, em função do baixíssimo grau de endividamento, não necessita gerar economia primária para fazer face ao pagamento do serviço da dívida.

Já no que se refere aos valores do resultado nominal, de 2009 em diante, as metas representam uma trajetória de permanente redução do endividamento líquido.

	R\$ milhares constantes (preços médios de 2011)					
Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Resultado Primário	(39.299)	(40.706)	(30.716,5)	(156,7)	(45,2)	(507,7)
Resultado Nominal	(20.750)	(20.266)	(679,9)	(8.956,4)	(7.084,7)	(5.614,5)

A análise da tabela acima, com a evolução das metas fiscais, agora em base de preços constantes (médios de 2011) mostra que valem as mesmas observações feitas para o quadro demonstrativo da evolução dos valores a preços correntes.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2011
ANEXO DE METAS FISCAIS

2.3 - Evolução do Patrimônio Líquido

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2009	%	2008	%
Patrimônio / Capital	678.821	100,00%	460.547	100,00%	406.874	100,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
	678.821		460.547		406.874	

Fonte: Balanço Patrimonial de 2010

REGIME PREVIDENCIÁRIO

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2009	%	2008	%
Patrimônio / Capital	6.474	8,01%	-45.411	-701,44%	9.345	-20,76%
Reservas	-	0,00%	386	5,96%	405	-0,90%
Resultado Acumulado	74.372	91,99%	51.499	795,47%	-54.775	121,65%
	80.846		6.474		-45.025	

Fonte: Instituto de Previdência dos Servidores de Macaé - MACPREV

2.4- Alienação de Ativos

(LRF, art 53º, § 1º, inciso III) R\$ milhares

RECEITAS REALIZADAS	2010 (a)	2009 (b)	2008 (c)
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0	0	36
Alienação de Bens Móveis	0	0	36
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
DESPESAS EXECUTADAS	2010 (d)	2009 (e)	2008 (f)
APLICAÇÃO DE RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0	0	36
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	36
*Investimentos	0	0	36
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	2010 (g)=((Ia-IIId)+IIIh)	2009 (h)=((Ib-IIe)+IIIi)	2008 (i)=((Ic-IIf)
VALOR (III)	0	0	0

Fonte: RREO 6º Bimestre 2010

* O valor de R\$ 36.000,00 de alienação de ativos em 2008 foi muito pouco expressivo e compôs, juntamente com várias outras receitas de Macaé, a fonte que financiou o conjunto de despesas de investimentos naquele exercício.

2.5 - Avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

(Artigo 4º, § 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Conforme determina a Lei Complementar Federal nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000, o Instituto de Previdência dos Servidores de Macaé - MACPREV procedeu à avaliação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social do Município de Macaé, apresentada em anexo

2.6 - Renúncia de Receita e Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

(Art.4º, § 2º, inciso V da Lei Complementar nº 101, de 2000)

a - Renúncia de Receita

Não há previsão de renúncia de receita para o período 2012/2014

b - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para 2012

Não há previsão de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o período 2012/2014